



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2026 **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2026**

CONTRATANTE (UASG): MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA (987985).

OBJETO: Contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para centralizar, processar e gerenciar, com exclusividade, os créditos referentes a 100% da folha de pagamento dos servidores e empregados públicos da Administração Direta do Município de Cafelândia/PR.

VALOR MÍNIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 25/06/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Oferta.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO: NÃO.

PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

GUIA PARA EMPRESAS QUE VÃO PARTICIPAR PELA 1ª VEZ PELO PORTAL COMPRAS.GOV):

<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf>



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES COMPRASGOV	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DOS RECURSOS	21
10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	22
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	23
12. DO CONTRATO	23
13. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	24
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	26
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	29
16. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO	30
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 78.121.878/0001-72, sediada na Rua Vereador Luiz Picoli, 299 - Centro, Cafelândia - PR, 85415-000, por meio do setor de compras e licitações realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para centralizar, processar e gerenciar, com exclusividade, os créditos referentes a 100% da folha de pagamento dos servidores e empregados públicos da Administração Direta do Município de Cafelândia/PR, abrangendo efetivos, comissionados, agentes políticos, estagiários, conselheiros tutelares e temporários, incluindo futuros admitidos durante a vigência contratual, observadas as normas do Banco Central e o direito à portabilidade de contas, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos.

1.2. Conforme disposto no Termo de Referência, a presente contratação será realizada em item único.

1.3. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma de licitação www.gov.br e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto ao SICAF e COMPRASGOV e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação é de ampla concorrência.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1.aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2.autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3.empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4.pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5.aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES COMPRASGOV

- 3.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

4.3.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário fixado para recebimento das propostas.

4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.7.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante na proposta preenchida no sistema, sendo que os documentos anexados serão disponibilizados apenas após a fase de lances.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item/lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,1% (zero virgula um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O valor mínimo a ser pago na presente contratação corresponde ao montante de **R\$515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais)**, considerando o prazo contratual de 60 (sessenta) meses.

6.11. O valor do desconto ofertado pela instituição financeira será convertido em valor único, somado com a outorga mínima, a ser pago a Contratante, em parcela única, no prazo a ser definido contratualmente, conforme metodologia de cálculo estabelecida nos subitens seguintes.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.11.1. A fórmula de cálculo do valor devido pela contratada:

$$VP = VR \times (1 + D/100)$$

Onde:

VP = Valor a ser pago pela Instituição.

VR = Valor de Referência.

D = Desconto ofertado.

6.11.2. Exemplo Ilustrativo:

Desconto Ofertado: 5,00 %

$$\text{Cálculo: } VP = R\$515.000,00 \times (1 + 5,00/100)$$

Valor a ser pago pela Instituição: R\$540.750,00.

6.11.3. Tabela exemplificativa de desconto e resultado do valor a ser pago pela instituição financeira:

Percentual de Oferta	Cálculo	Valor Final da Oferta
1%	515.000,00 + 5.150,00	R\$ 520.150,00
5%	515.000,00 + 25.750,00	R\$ 540.750,00
10%	515.000,00 + 51.500,00	R\$ 566.500,00
15%	515.000,00 + 77.250,00	R\$ 592.250,00
20%	515.000,00 + 103.000,00	R\$ 618.000,00
30%	515.000,00 + 154.500,00	R\$ 669.500,00
40%	515.000,00 + 206.000,00	R\$ 721.000,00
50%	515.000,00 + 257.500,00	R\$ 772.500,00

6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**ABERTO**”.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas úteis (horário de funcionamento), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7.7.1.A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2. Habilitação Jurídica:

8.2.1.**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.3.**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.4.**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.2.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.2.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);
- 8.2.8. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);
- 8.2.9. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);
- 8.2.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);**
- 8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.~



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. Não será exigida Qualificação Econômico-Financeira.

8.5. Qualificação Técnica

8.5.1. A instituição financeira deverá declarar possuir capacidade técnica, operacional, tecnológica e estrutura de atendimento suficientes para a execução integral do objeto contratado, incluindo o processamento da folha de pagamento, abertura de contas-salário, portabilidade bancária e atendimento aos servidores municipais.

8.5.2. A licitante deverá comprovar autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), estando apta à prestação de serviços bancários e à operacionalização de folha de pagamento de órgãos públicos.

8.6. Declarações:

8.6.1. Declarações Unificadas (conforme Anexo IV do Edital).

8.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.8.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.9.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.10.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.11.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.12.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.13.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.13.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.14.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.15.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.16.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.17.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais em plataformas ou cadastros (PNCP, SICAF, COMPRASGOV) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.18.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação/inabilitação.
- 8.19.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo no máximo, duas horas úteis, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.21.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.21.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.22.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 8.22.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.23. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.20.1.

8.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.4.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada, no e-mail a ser informado no chat, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (**limitada a 02 (duas) casas após a vírgula**) e o valor global em algarismos e por extenso.

10.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. DO CONTRATO

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 12.4.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 12.5.** A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.6.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.7.** As possíveis prorrogações contratuais estarão condicionadas: À compatibilidade dos preços contratados com aqueles praticados no mercado em relação à realização de uma nova licitação;

13. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 13.1.** Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 13.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 13.3.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 13.4.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 13.5.** A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
- 13.6.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.
- 13.7.** A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.8. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário do Contrato, cabendo a análise dos preços pela Planejamento de Compras e a deliberação a respeito do pedido pelo Gestor de Contratos.

13.9. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- b) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- c) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
- d) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

13.10. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

13.11. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.

13.12. Em conformidade com os preceitos legais e visando assegurar a manutenção das proporções entre o "*valor registrado*" e o "*valor de mercado*", no contexto de deliberações pertinentes, será efetuada uma pesquisa para determinação do novo "*valor de mercado*". **Para efeito de preservação das referidas proporções, será aplicado o desconto concedido pela empresa na data da licitação, sendo este último considerado como fator ajustador na determinação do valor final a ser adotado para a deliberação em questão.** Tal procedimento busca garantir a conformidade com os princípios legais vigentes, bem como a transparência e equidade no processo decisório.

13.13. Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor contratado, sob pena de rescisão contratual e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.14. Na hipótese da rescisão contratual prevista no subitem acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

13.15. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

13.16. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.17. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- b) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

14.2.4. Multa:

14.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

14.2.4.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços dela derivados por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.2.4.4. Compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

14.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º).



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

14.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

14.9. A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.11. Os débitos do Fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo fornecimento ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mail's adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br e juliana.gomes@cafelandia.pr.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

16.DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma de licitação www.gov.br e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 17.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 17.11.2.** ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar
- 17.11.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta
- 17.11.4.** ANEXO IV – Declaração Unificada
- 17.11.5.** ANEXO V – Minuta do Contrato

Cafelândia/PR, 09 de junho de 2026.

JOÃO LAURO GONÇALVES BOLONHA

Sec. De Administração



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de instituição financeira, pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços de centralização, processamento e gerenciamento, em caráter de exclusividade, dos créditos provenientes de 100% da folha de pagamento dos servidores e empregados públicos vinculados à Administração Direta do Município de Cafelândia – PR. A contratação abrangerá os servidores efetivos, comissionados, agentes políticos, empregados públicos, estagiários, conselheiros tutelares, contratados temporariamente e demais agentes públicos remunerados pelo Município, inclusive aqueles que vierem a ser admitidos durante a vigência contratual, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, bem como o direito de portabilidade bancária assegurado aos beneficiários.

Os serviços deverão compreender a operacionalização integral da folha de pagamento, conforme quantitativos, condições e especificações constantes na tabela abaixo, observadas as exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, especialmente o Memorial de Cálculo e Orçamento Estimativo, Manual de Procedimentos Operacionais e Pirâmide Salarial, os quais integram o presente Termo de Referência para todos os fins.

Objeto	Quantidade	Total
Contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para centralizar, processar e gerenciar, com exclusividade, os créditos referentes a 100% da folha de pagamento dos servidores e empregados públicos da Administração Direta do Município de Cafelândia – PR, abrangendo efetivos, comissionados, agentes políticos, estagiários, conselheiros tutelares e	1	R\$ 515.000,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

temporários, incluindo futuros admitidos durante a vigência contratual, observadas as normas do Banco Central e o direito à portabilidade de contas.		
--	--	--

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto tem como finalidade a **Contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para centralizar, processar e gerenciar, com exclusividade, os créditos referentes a 100% da folha de pagamento dos servidores e empregados públicos da Administração Direta do Município de Cafelândia – PR, abrangendo efetivos, comissionados, agentes políticos, estagiários, conselheiros tutelares e temporários, incluindo futuros admitidos durante a vigência contratual, observadas as normas do Banco Central e o direito à portabilidade de contas.**

1.4. A Instituição Bancária vencedora estará habilitada **sem exclusividade** para operacionalizar durante a o período de vigência do contrato empréstimo consignado aos servidores municipais.

1.5 A Instituição Bancária contratada deverá dispor ou promover a instalação de estrutura de atendimento no município de Cafelândia -PR **no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da assinatura do contrato.**

1.7. A instituição financeira contratada terá exclusividade na instalação de posto de atendimento bancário e/ou postos de atendimento eletrônico em imóveis ocupados pelo município, caso seja de interesse da instituição bancária, submetida à avaliação da Administração do Município, mediante acordo entre as partes – Instituição Bancária e Administração Municipal.

1.8. A instituição financeira contratada terá exclusividade de acesso às dependências de todos os órgãos da Administração Municipal para a comercialização e divulgação de seus produtos/serviços, mediante comunicação prévia à Secretaria Municipal de Administração.

1.10. **O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos**, a contar da assinatura do instrumento contratual, observando-se o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 do referido diploma legal.

1.11. Os serviços serão prestados de forma contínua, durante o prazo previsto, devendo a instituição financeira contratada observar rigorosamente as previsões contidas no **Anexo B deste Termo de**



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Referência - Procedimentos Operacionais da Folha de Pagamento, as normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e demais normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de pessoal

1.12. A minuta do contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, de seus quantitativos e a descrição da necessidade/justificativa, encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudos Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. As condições, requisitos e regras que regem a presente contratação subordinam-se à **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais legislações correlatas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, incluindo etapas, atividades e especificações técnicas encontram-se pormenorizadas em tópico específico constante do **Anexo I deste Termo de Referência**, com base nos levantamentos e justificativas oriundos do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

A instituição financeira contratada deverá observar, na execução dos serviços, práticas voltadas à sustentabilidade administrativa, tecnológica e ambiental, priorizando, sempre que possível, a utilização de meios digitais para comunicação, envio de documentos, relatórios, comprovantes, extratos e demais procedimentos operacionais relacionados à gestão da folha de pagamento, visando à redução do consumo de papel e de recursos físicos.

4.2. Indicação de marcas e modelos

a) Não haverá previsão para indicação de marcas para produtos, com base nos elementos que constituem os Estudos Técnicos Preliminares.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.3. Da Exigência de Amostra

a) Não haverá exigência da apresentação de amostra, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Da Exigência de Carta de Solidariedade

a) Não haverá exigência da apresentação de Carta de Solidariedade, face à incompatibilidade da exigência à natureza e especificações do objeto.

4.5. Da Subcontratação:

a) Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.6. Garantia Contratual

a) Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.7. Vistoria

a) Não haverá exigência de realização de vistoria prévia com base nos elementos que constituem os Estudos Técnicos Preliminares.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições e Prazos de Execução - a execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Após a homologação do resultado **o contrato será disponibilizado para assinatura em até 02 (dois) dias úteis**, via comunicação eletrônica entre Contratante e Contratada;

b) A execução dos serviços será iniciada mediante **Ordem de Serviço, emitida em até 02 (dois) dias úteis** após a assinatura do Contrato;

c) A Instituição Financeira contratada deverá garantir meios adequados de atendimento aos servidores municipais, podendo ocorrer mediante agência bancária, posto de atendimento, correspondente bancário, canais digitais, autoatendimento ou estrutura equivalente, assegurando acessibilidade, eficiência e suporte aos beneficiários no Município de Cafelândia – PR e região, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do contrato.

d) **Prazo de Execução dos Serviços: a Instituição Financeira contratada terá o prazo de 30 dias** para efetuar todos os trâmites internos, institucionais e operacionais necessários ao pagamento da



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

primeira folha de servidores pela Instituição à Contratante, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida;

e) Caso não seja possível o atendimento dos prazos estabelecidos **referentes às letras “c” e “d”**, a Instituição Contratada deverá comunicar as razões respectivas com **pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado;

f) Cumpridas as condições acima, os prazos respectivos poderão ser estendidos por igual período.

g) Poderá acompanhar a Ordem de Serviço informações complementares disponibilizadas pela **CONTRATANTE** para auxiliar durante a execução, com registro de dados e informações relevantes a serem observada;

h) O município e seus servidores serão clientes preferenciais da instituição financeira a quem for adjudicada a contratação;

i) A contratada deverá assegurar ao Município condições operacionais compatíveis com aquelas ofertadas a entes públicos de porte semelhante, observadas as políticas internas da instituição financeira e a legislação aplicável.

j) A execução dos serviços de conta salário deverá seguir as Resoluções CMN nº 3.402/2006 e 3.424/2006 e as Circulares nº 3.336/2006 e 3.338/2006;

k) É vedado à instituição financeira contratada cobrar dos beneficiários, a qualquer título, tarifas destinadas ao ressarcimento pela realização dos serviços, devendo ser observados, além das condições previstas na Resolução nº 3.402/2006, a Legislação específica referente a cada espécie de pagamento e as demais normas aplicáveis;

l) A Contratada deve assegurar, sem ônus para a contratante e seus servidores, a faculdade de transferência, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para a conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, em conformidade com artigo 2º da Resolução nº 3.402/2006 do Banco Central.

m) A eventual concessão de crédito consignado aos servidores deverá observar a legislação municipal aplicável, especialmente a Lei Municipal nº 675/2006, Lei nº 1.929/2023 e demais normas correlatas.

n) A contratada deverá observar integralmente as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Acesso à Informação, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD),



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

regras de prevenção à lavagem de dinheiro (PLD/FT) e demais regulamentações do Sistema Financeiro Nacional.

o) A instituição financeira contratada não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços ao município e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos à operacionalização da folha de pagamento, a exemplo de emissão de extratos diários, informação de saldos a qualquer momento e por qualquer meio e fornecimento de relatórios;

p) O recebimento dos serviços ocorrerá mediante verificação do regular funcionamento da operacionalização da folha de pagamento, do cumprimento das obrigações contratuais e da conformidade dos serviços prestados, mediante atesto do fiscal do contrato designado pela Administração Municipal.

q) A aceitação do objeto está condicionada ao atendimento das especificações mínimas constantes deste TR;

r) Demais prazos e condições de execução dos serviços estarão dispostos no **Anexo B deste Termo**

5.2. Especificação da Garantia do Serviço, Manutenção e/ou Assistência Técnica

a) O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido conforme a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

b) Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição ou refazimento dos serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento da notificação.

c) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

d) Todos os custos referentes à execução do objeto contratual que envolvam o uso de produtos, serviços, equipamentos, mão de obra e demais elementos cobertos pela garantia serão de responsabilidade do Contratado.

5.2 Da Continuidade e Correção dos Serviços



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) A contratada deverá garantir a continuidade, regularidade e segurança da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual.
- b) Eventuais inconsistências, falhas operacionais ou indisponibilidades relacionadas ao processamento da folha de pagamento deverão ser corrigidas imediatamente pela contratada, sem ônus ao Município ou aos servidores beneficiários.
- c) A contratada deverá manter canais de suporte técnico e operacional para atendimento das demandas da Administração Municipal durante toda a execução contratual.
- d) A ocorrência de falhas reiteradas ou descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e demais instrumentos convocatórios.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 O início da operacionalização dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, conforme definido pela Administração Municipal.

6.3 A centralização e o processamento da folha de pagamento gerada pelo Município de Cafelândia – PR, referente aos créditos a serem depositados em conta de titularidade dos servidores municipais, serão executados em caráter de exclusividade pela instituição financeira contratada, observadas as hipóteses legais de portabilidade bancária.

6.4 A execução dos serviços de conta salário deverá seguir as Resoluções CMN nº 3.402/2006 e 3.424/2006 e as Circulares nº 3.336/2006 e 3.338/2006.

6.5 É vedado à instituição financeira contratada cobrar dos beneficiários, a qualquer título, tarifas destinadas ao ressarcimento pela realização dos serviços, devendo ser observados, além das condições previstas na Resolução nº 3.402/2006, a Legislação específica referente a cada espécie de pagamento e as demais normas aplicáveis.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.6 A Contratada deve assegurar, sem ônus para a contratante e seus servidores, **a faculdade de transferência, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para a conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas em outras instituições financeiras, em conformidade com artigo 2º da Resolução nº 3.402/2006 do Banco Central.**

6.7 A concessão de crédito consignado aos servidores municipais não será realizada em caráter de exclusividade, podendo os beneficiários optar livremente por instituições financeiras conveniadas, observada a legislação municipal vigente, especialmente a Lei Municipal nº 675/2006 e Lei Municipal nº 1.929/2023.

6.8 A contratada deverá observar integralmente as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Acesso à Informação, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, normas de prevenção à lavagem de dinheiro (PLD/FT) e demais regulamentações aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional.

6.9 Garantir a conformidade com as exigências do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no que se refere à proteção de dados pessoais dos servidores.

6.10 A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, a franquia de serviços bancários essenciais com isenção de tarifas conforme Resolução nº 3.919/10 do CMN - Conselho Monetário Nacional. A contratada que não possuir agência situada no município de Cafelândia, deverá instalar e iniciar as operações de uma agência ou posto de atendimento, na região central do município em até 30 (trinta) dia corridos contados a partir da assinatura do contrato. Esse prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação fundamentada pela contratada, até o prazo limite de 60 (sessenta) dias, sem aplicação de multa.

6.11 A contratada deverá disponibilizar quantitativo suficiente de profissionais para atendimento das demandas decorrentes da execução contratual, não havendo qualquer vínculo empregatício entre os empregados da instituição financeira e o Município de Cafelândia – PR.

6.12 A Contratada ficará autorizada a instalar um posto de atendimento nas dependências do Paço Municipal ou em outro prédio público, com o objetivo de fornecer esclarecimentos e tirar dúvidas dos servidores.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.13 A contratada deverá garantir a continuidade e regularidade dos serviços, inclusive em situações adversas, falhas operacionais ou indisponibilidades sistêmicas, devendo apresentar plano de contingência apto a assegurar o pagamento pontual dos servidores, sem interrupções ou prejuízos à Administração Municipal e aos beneficiários.

6.14. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.15. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar o pagamento da remuneração dos servidores públicos municipais exclusivamente por intermédio da instituição financeira contratada, mediante crédito em conta de titularidade dos beneficiários, observadas as hipóteses legais de portabilidade bancária.

7.2. Fornecer à CONTRATADA, quando legalmente permitido e formalmente solicitado, as informações necessárias relacionadas à margem consignável dos servidores municipais, para fins de operacionalização de empréstimos consignados, observada a legislação municipal aplicável, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e demais normas pertinentes.

7.3. Encaminhar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data prevista para pagamento, os arquivos eletrônicos e relação nominal dos servidores contendo os valores líquidos a serem creditados, bem como demais informações necessárias ao adequado processamento da folha de pagamento.

7.4. Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações, documentos e dados necessários à correta execução dos serviços, inclusive atualizações cadastrais, admissões, exonerações, afastamentos, inclusões e exclusões de servidores da folha de pagamento.

7.5. Disponibilizar os recursos financeiros necessários ao pagamento da folha salarial com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data prevista para crédito aos servidores, observadas as normas legais aplicáveis à movimentação financeira dos recursos públicos.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7.6. Observar as disposições do §3º do art. 164 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à gestão e movimentação das disponibilidades de caixa do Município.

7.7. Prestar à CONTRATADA todo o suporte técnico e operacional necessário ao fiel cumprimento do objeto contratual, visando assegurar a adequada execução dos serviços durante toda a vigência do contrato.

8.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Promover, sem ônus aos servidores ou ao Município, a abertura das contas-salário necessárias ao processamento da folha de pagamento, realizando a coleta dos dados, documentos e assinaturas exigidos, preferencialmente no Município de Cafelândia – PR, mediante atendimento presencial, digital ou itinerante, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

8.2 A CONTRATADA deverá proceder à abertura de todas as contas-salário necessárias ao processamento da folha de pagamento municipal, sem qualquer custo adicional ao Município ou aos beneficiários.

8.3 A Contratante e a Contratada comprometem-se, mutuamente, a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistema de processamento de dados, observando os leiautes preestabelecidos pela FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), nos padrões CNAB 150 ou 240, para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, com vistas a facilitar a troca de informações, as transmissões de dados e a manutenção dos controles, de modo a permitir que as partes possam, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido no contrato;

8.4 Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, sem qualquer custo a contratante e seus beneficiários, em conformidade com as informações repassadas pela Prefeitura de Cafelândia;

8.5 Respeitar os limites legais da margem consignável dos servidores para concessão de empréstimos consignados, observando a legislação municipal aplicável e as normas de proteção de dados pessoais (LGPD), mediante solicitação formal das informações necessárias ao Departamento Pessoal do Município.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.6 Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município de Cafelândia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 8.7 Manter em local visível e de fácil acesso ao público (nas agências e PAB's da CONTRATADA), a tabela de tarifas com franquia mínima de serviços com isenção de tarifas, a partir da resolução BACEN nº 3919/10 e demais serviços e produtos com suas respectivas tarifas;
- 8.8 A CONTRATADA deverá manter a atualização de seus serviços e canais de atendimento, buscando garantir eficiência operacional, acessibilidade e qualidade no atendimento aos servidores municipais.
- 8.9 A CONTRATADA não cobrará tarifas sobre as contas de titularidade do Município vinculadas exclusivamente à operacionalização do objeto contratual durante a vigência do contrato.
- 8.10 A operacionalização da folha de pagamento dos servidores municipais não implicará qualquer custo financeiro ao Município.
- 8.11 Apresentar, previamente ao início da operacionalização dos serviços, plano de execução contendo metodologia operacional, canais de atendimento, cronograma de implantação e estratégias de atendimento aos servidores municipais.
- 8.12 Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;
- 8.13 Corrigir, no prazo estipulado pelo Município de Cafelândia – PR, eventuais inconsistências, falhas operacionais, vícios ou incorreções constatadas pela fiscalização contratual, sem ônus à Administração Municipal ou aos beneficiários.
- 8.14 O Município de Cafelândia não assume, inclusive para efeitos da Lei 8.078/1990 — Código de Proteção e Defesa do Consumidor, qualquer responsabilidade pela atividade exercida pela Contratada;
- 8.15 O Município de Cafelândia não assume qualquer responsabilidade pelos compromissos assumidos por seus servidores;
- 8.16 É vedada a subcontratação de outra instituição financeira, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para a execução total ou parcial dos serviços, objeto desta licitação;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.17 Caso autorizada pela Administração Municipal, a CONTRATADA poderá instalar posto de atendimento em prédio público municipal, assumindo integralmente as despesas, licenças, alvarás e demais providências necessárias ao funcionamento.

8.18 Efetuar o pagamento de impostos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionados com a atividade explorada;

8.19 Não haverá qualquer solidariedade entre o Município de Cafelândia – PR e a CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou comerciais relativas aos empregados da instituição financeira, cabendo exclusivamente à CONTRATADA todos os ônus decorrentes das relações de trabalho.

8.20 A CONTRATADA deverá assegurar, sem ônus aos beneficiários, a faculdade de portabilidade bancária dos créditos salariais, garantindo a transferência dos valores no mesmo dia para conta de titularidade do servidor em outra instituição financeira, nos termos da Resolução CMN nº 3.402/2006 e demais normas aplicáveis.

9.0 FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração Municipal, na qualidade de fiscal técnico e gestor do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e a adequada prestação dos serviços.

9.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução dos serviços relacionados à operacionalização da folha de pagamento, verificando o cumprimento dos prazos, a regularidade dos créditos salariais, a observância das normas aplicáveis, a qualidade do atendimento prestado aos servidores e o cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

9.3. O fiscal do contrato registrará, em instrumento próprio ou no histórico de gerenciamento contratual, todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, indicando eventuais falhas, inconsistências, irregularidades ou necessidades de adequação, adotando as providências necessárias à regularização.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.4. Identificada qualquer irregularidade na execução dos serviços, o fiscal do contrato notificará formalmente a CONTRATADA, fixando prazo razoável para adoção das medidas corretivas necessárias.

9.5. O fiscal do contrato deverá comunicar imediatamente ao gestor do contrato toda situação que possa comprometer a continuidade da operacionalização da folha de pagamento, ocasionar prejuízo aos servidores ou demandar providências que ultrapassem sua competência.

9.6. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação e regularidade da instituição financeira durante toda a vigência contratual, podendo solicitar documentos comprobatórios sempre que necessário.

9.7. O gestor do contrato será responsável pela coordenação do acompanhamento contratual, consolidação das informações da fiscalização, análise das ocorrências registradas, controle dos prazos contratuais, formalização de eventuais alterações, apostilamentos, prorrogações e demais providências administrativas necessárias.

9.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal, adotando as providências cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive quanto à instauração de procedimento administrativo para aplicação de penalidades, quando for o caso.

9.9. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes de culpa ou dolo na prestação dos serviços.

9.10. Ao término da vigência contratual, o gestor do contrato elaborará relatório conclusivo quanto ao desempenho da CONTRATADA, ao cumprimento das obrigações assumidas e aos resultados alcançados pela Administração Municipal, visando subsidiar futuras contratações e eventuais decisões quanto à continuidade da prestação dos serviços.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO DO VALOR VENCEDOR OFERTADO

10.1. Pela exploração do direito de operacionalização, centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores do Município de Cafelândia – PR, a instituição financeira vencedora deverá efetuar o pagamento ao Município do valor correspondente à proposta vencedora



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

apresentada no certame, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e Contrato.

10.2. O valor mínimo da oferta será de R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais), devendo a proposta vencedora ser quitada em parcela única, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

10.3. O valor ofertado pela CONTRATADA deverá ser líquido e certo, não sendo admitida qualquer retenção, desconto, compensação, dedução ou cobrança de encargos incidentes sobre o montante devido ao Município, independentemente de sua natureza.

10.4. O pagamento deverá ser realizado mediante Documento de Arrecadação Municipal – DAM, emitido pela Prefeitura Municipal de Cafelândia – PR, ou outro meio oficialmente indicado pela Administração, devendo a comprovação do pagamento ser apresentada ao fiscal do contrato imediatamente após sua efetivação.

10.5. O não pagamento do valor ofertado no prazo estabelecido sujeitará a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas no Edital, Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da incidência de multa moratória correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor devido, acrescida das demais sanções administrativas cabíveis.

10.6. O valor bruto médio mensal da folha de pagamento do Município de Cafelândia – PR corresponde atualmente a aproximadamente R\$ 5.742.977,37, podendo sofrer alterações durante a vigência contratual em decorrência de admissões, exonerações, reajustes salariais, progressões funcionais e demais movimentações da Administração Pública Municipal.

11.0 FORMA DE PAGAMENTO

Os créditos relativos à folha de pagamento dos servidores municipais deverão ser processados pela CONTRATADA em conformidade com o cronograma de pagamentos estabelecido pelo Município de Cafelândia – PR. O pagamento das remunerações dos servidores ocorrerá, ordinariamente, até o último dia útil de cada mês, observadas as programações financeiras da Administração Municipal.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

O pagamento da gratificação natalina (13º salário) será realizado, em regra, até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada exercício, ou em data diversa eventualmente definida pela Administração, observadas as disposições legais aplicáveis.

A CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente os prazos estabelecidos pelo Município, garantindo o processamento e crédito dos valores nas contas dos beneficiários nas datas previamente informadas, assegurando a pontualidade dos pagamentos e a continuidade da prestação dos serviços, sem prejuízo aos servidores municipais.

11.1 Pirâmide salarial

Dados consolidados da Folha de Pagamento (REF. novembro/2025)

Pirâmide salarial	Quantidade de Empregados		
	Efetivos	Não Efetivos	Total
R\$ 50,00 a R\$ 2.000,00	146	103	249
R\$ 2.000,01 a 7.000,00	718	177	895
R\$ 7.000,01 a R\$ 80.000.000,00	189	24	213
TOTAL:	1053	304	1357
Valor BRUTO Mensal (R\$):	R\$ 5.203.533,99	R\$ 1.101.888,61	R\$ 6.305.422,60
Valor LÍQUIDO Mensal (R\$):	R\$3.760.979,81	R\$ 773.308,38	R\$ 4.534.288,19

Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, podendo sofrer alterações durante a vigência contratual em razão de admissões, exonerações, aposentadorias, afastamentos legais e demais movimentações funcionais, sem descaracterizar o objeto da contratação.

Forma de pagamento entre Contratada e Contratante

11.1. Pela cessão do direito de operacionalização, centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores do Município de Cafelândia – PR, a instituição financeira vencedora deverá efetuar o pagamento ao Município do valor correspondente à proposta vencedora



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

apresentada no certame, observadas as condições previstas neste Termo de Referência, Edital e Contrato.

11.2. O pagamento do valor ofertado deverá ser realizado em parcela única, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, mediante Documento de Arrecadação Municipal – DAM, emitido pela Prefeitura Municipal de Cafelândia – PR, ou outro meio oficialmente indicado pela Administração.

11.3. O valor ofertado deverá ser líquido, certo e irrevogável, vedada qualquer retenção, compensação, desconto ou dedução a qualquer título, cabendo exclusivamente à CONTRATADA todos os tributos, encargos financeiros, fiscais, operacionais ou administrativos eventualmente incidentes sobre a operação.

11.4. O inadimplemento do pagamento no prazo estabelecido sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Edital e Contrato, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

12.0 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

12.1 A seleção da instituição financeira será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o maior valor ofertado, nos termos da legislação vigente

Regime de execução

12.2. O regime de execução contratual será de prestação de serviços continuados, com cessão onerosa do direito de operacionalização da folha de pagamento dos servidores municipais, observadas as condições previstas neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

12.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

12.4. A instituição financeira deverá apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado dos documentos de eleição ou designação de seus administradores.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.5. Comprovação de autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil – BACEN, apta à prestação de serviços financeiros e operacionalização de folha de pagamento.

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

12.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

12.8. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

12.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Qualificação Econômico-Financeira

12.10. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Qualificação Técnica

12.11. Declaração de que possui capacidade técnica, operacional e tecnológica para a execução integral do objeto contratado, observadas as normas do Banco Central do Brasil e da FEBRABAN.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da legislação vigente.

12.15. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

12.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos da legislação vigente.

12.17. Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição financeira, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.18. Caso a instituição financeira seja legalmente isenta de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão fazendário competente ou documento equivalente, na forma da lei.

Qualificação Técnica

12.19. A licitante deverá comprovar autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), estando apta à prestação de serviços bancários e à operacionalização de folha de pagamento de órgãos públicos.

12.20. A instituição financeira deverá declarar possuir capacidade técnica, operacional, tecnológica e estrutura de atendimento suficientes para a execução integral do objeto contratado, incluindo o processamento da folha de pagamento, abertura de contas-salário, portabilidade bancária e atendimento aos servidores municipais.

13.0 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 O valor estimado da contratação corresponde ao montante mínimo de **R\$ 515.000,00** (quinhentos e quinze mil reais), referente à cessão onerosa do direito de operacionalização, centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores do Município de Cafelândia – PR, pelo período de vigência contratual.

13.2. O valor estimado foi definido com base na análise do histórico contratual do Município, estudos de mercado, avaliação da capacidade econômica da operação, quantitativo atual de servidores e na busca pela viabilidade e competitividade do certame, considerando-se, ainda, a necessidade de assegurar a participação de instituições financeiras interessadas, diante do resultado deserto do procedimento licitatório anteriormente realizado.

13.3. Trata-se de contratação sem ônus financeiro direto ao Município, constituindo-se a presente contratação em receita pública decorrente da exploração do direito de processamento da folha de pagamento, nos termos das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Cafelândia.

13.60.01.11.00.00.00 - Gestão do direito de Operacionalização de pagamento - Folha de Pagamento

15.0 FONTES CONSULTADAS

15.1. Considerando as especificidades do objeto, consistente na cessão onerosa do direito de operacionalização, centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores do Município de Cafelândia – PR, verificou-se a limitação na aplicação integral dos parâmetros previstos no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, tendo em vista a singularidade das condições locais, o quantitativo de servidores, a realidade econômica do município e as características próprias do objeto pretendido.

15.2. A pesquisa de mercado junto a instituições financeiras restou limitada, não sendo possível obter propostas formais suficientes para composição do valor estimado. Da mesma forma, a consulta a sítios eletrônicos especializados, sistemas oficiais e demais fontes públicas apresentou restrições quanto à identificação de contratações integralmente compatíveis com as características do Município de Cafelândia – PR, especialmente no que se refere ao quantitativo de servidores, volume financeiro da folha e condições operacionais do objeto.

15.3. Para definição do valor estimado da contratação, foram considerados como parâmetros:

- I – o histórico da contratação anteriormente realizada pelo Município de Cafelândia para o mesmo objeto;
- II – a análise de procedimentos licitatórios semelhantes realizados por municípios de porte e características compatíveis;
- III – as condições atuais da folha de pagamento municipal, quantitativo de servidores ativos e projeção de execução contratual;
- IV – a necessidade de assegurar a viabilidade e competitividade do certame, diante do resultado deserto do procedimento licitatório anteriormente realizado.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

15.4. Assim, o valor estimado adotado pela Administração foi definido com base em critérios de razoabilidade, interesse público, viabilidade mercadológica e potencial de competitividade, buscando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para o Município, sem comprometer a atratividade do certame às instituições financeiras interessadas.

16.0 SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

A estimativa do valor da contratação referente à cessão onerosa do direito de operacionalização, centralização e processamento da folha de pagamento do Município de Cafelândia – PR foi inicialmente elaborada com base em critérios técnicos, quantitativos e econômicos, considerando-se o número total de servidores ativos, inativos, pensionistas, comissionados, temporários e demais beneficiários vinculados à folha municipal, bem como o volume financeiro mensal movimentado e os serviços bancários correlatos potencialmente ofertados pela instituição financeira contratada.

Para definição da estimativa inicial, utilizou-se como parâmetro a contratação anteriormente realizada pelo Município de Cafelândia no exercício de 2020, ocasião em que o objeto foi adjudicado pelo valor de R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais), contemplando aproximadamente 929 servidores municipais.

No cenário atual, observa-se crescimento expressivo do quadro funcional municipal, passando de 929 para aproximadamente 1.357 servidores, o que representa aumento significativo do potencial econômico da operação bancária decorrente da folha de pagamento. Além disso, considerou-se o impacto inflacionário acumulado no período, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, correspondente a aproximadamente 38,19%, refletindo a recomposição monetária necessária frente às variações econômicas registradas desde a última contratação.

A partir desses parâmetros, realizou-se projeção técnica tomando como referência o valor unitário médio estimado por conta bancária operacionalizada, que passou de aproximadamente R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) por servidor em 2020 para R\$ 0,76 (setenta e seis centavos) estimados para o exercício atual, considerando a atualização



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

inflacionária do período. Aplicando-se tal metodologia ao quantitativo atual de servidores, chegou-se à estimativa técnica aproximada de R\$ 1.262.000,36 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil reais e trinta e seis centavos).

Todavia, registra-se que o procedimento licitatório anteriormente instaurado pelo Município, sob o Pregão Eletrônico nº 105/2026, adotou como valor estimado o montante de R\$ 1.262.000,36, restando deserto, circunstância que demonstrou, na prática, reduzido interesse do mercado financeiro nas condições inicialmente estabelecidas.

Diante desse cenário, a Administração Municipal, observando os princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência, competitividade e interesse público, procedeu à reavaliação do valor estimado da contratação, adotando como referência o montante de R\$ **515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais)**, equivalente ao valor praticado na contratação anterior do Município, compreendendo tratar-se de parâmetro mais aderente à realidade do mercado e capaz de ampliar a competitividade do certame, evitando novo fracasso licitatório e assegurando a continuidade da prestação dos serviços bancários indispensáveis aos servidores municipais.

Assim, embora os estudos técnicos indiquem potencial econômico superior da operação, a Administração optou por adotar critério conservador e prudencial, buscando equilíbrio entre vantajosidade, exequibilidade e efetiva participação das instituições financeiras interessadas, sem prejuízo ao interesse público.

17.0 Da renovação contratual e repetição do Pagamento

Em caso de eventual prorrogação contratual, após o período inicial de 05 (cinco) anos de vigência, e havendo interesse público devidamente justificado pela Administração Municipal, a Instituição Financeira Contratada deverá efetuar novo pagamento ao Município, a título de contrapartida pela continuidade da cessão onerosa do direito de operacionalização, centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores municipais.

O valor da nova contrapartida deverá corresponder, no mínimo, ao montante originalmente ofertado pela instituição financeira vencedora, devidamente atualizado pelo



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, considerando o período compreendido entre o pagamento inicial e a formalização da eventual prorrogação contratual.

Parágrafo único. O pagamento da contrapartida prevista nesta cláusula constitui condição indispensável para a formalização do respectivo termo aditivo de prorrogação, ficando sua efetivação condicionada ao prévio adimplemento da obrigação financeira pela CONTRATADA, sem prejuízo da análise de vantajosidade, interesse público e conveniência administrativa pela Administração Municipal.

18.0 Vigência

O contrato terá vigência de **05 anos**.

CAFELÂNDIA, 21 DE MAIO DE 2026.

DAIANDRA DESTRI PASQUAL GALLO

AGENTE DE PLANEJAMENTO

JOÃO LAURO BOLONHA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

NELSON CIPRIANI

SECRETÁRIO DE FINANÇAS



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO II

Estudo Técnico Preliminar

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Secretaria demandante: Secretaria de Administração.

Solicitação nº 008/2026

2. INTRODUÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu o planejamento como princípio fundamental das contratações públicas, tornando obrigatória a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como instrumento de análise para demonstrar a necessidade da contratação, avaliar alternativas existentes e evidenciar sua viabilidade técnica e econômica.

Nesse contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a viabilidade da contratação de instituição financeira, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços de centralização, processamento e gerenciamento, em caráter de exclusividade, dos créditos provenientes de 100% da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais agentes públicos vinculados à Administração Direta do Município de Cafelândia – PR.

Ressalta-se que, anteriormente, foi promovido o **Pregão Eletrônico nº 105/2026, com valor estimado de R\$ 1.262.000,36 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil reais e trinta e seis centavos), o qual não obteve êxito**, motivando a reavaliação dos parâmetros da contratação. Assim, visando ampliar a competitividade do certame, assegurar a continuidade dos serviços bancários indispensáveis aos servidores municipais e observar critérios de razoabilidade e interesse público, propõe-se nova contratação com valor estimado correspondente ao montante praticado no exercício de 2020, qual seja, R\$ 515.000,00 (quinhentos e



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

quinze mil reais).

O presente estudo busca, portanto, demonstrar a viabilidade da contratação, observando os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e continuidade do serviço público, garantindo a manutenção de serviço essencial ao regular processamento da remuneração dos servidores municipais.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de instituição financeira para a operacionalização e gestão da folha de pagamento do Município de Cafelândia deverá observar os seguintes requisitos essenciais, visando assegurar eficiência operacional, segurança, acessibilidade aos servidores, continuidade dos serviços e conformidade com a legislação vigente:

Autorização pelo Banco Central do Brasil: A instituição financeira contratada deverá estar devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar no Sistema Financeiro Nacional, com habilitação vigente para prestação de serviços bancários e financeiros, inclusive aqueles relacionados à centralização, processamento e gerenciamento de folha de pagamento de órgãos públicos.

Solução tecnológica e capacidade operacional: A instituição financeira deverá possuir infraestrutura tecnológica compatível e suficiente para garantir o processamento seguro, eficiente e contínuo da folha de pagamento do Município, assegurando, quando necessário, integração com os sistemas utilizados pela Administração Municipal.

Deverá, ainda, disponibilizar aos servidores canais digitais de acesso aos serviços bancários, tais como aplicativos móveis, internet banking, caixas eletrônicos e demais ferramentas que permitam consultas, movimentações financeiras, pagamentos, transferências e acompanhamento de saldos e extratos de forma prática e segura.

Conformidade legal e regulatória: A instituição financeira deverá cumprir integralmente as normas legais e regulamentares pertinentes, incluindo:

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas para a gestão fiscal.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Lei de Acesso à Informação, garantindo a transparência e a divulgação de dados necessários ao controle social. Normas do Banco Central do Brasil e demais regulamentações do Sistema Financeiro Nacional que envolvam a gestão de contas públicas e a movimentação de recursos dos servidores.

Garantir a conformidade com as exigências do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro Lei Gera (PLD) e da Lei de Proteção de Dados (LGPD), no que se refere à proteção de dados pessoais dos servidores.

Segurança da informação e proteção de dados: A instituição financeira deverá adotar mecanismos tecnológicos de segurança compatíveis com os padrões do setor bancário, incluindo criptografia de dados, autenticação segura, monitoramento de acessos, prevenção contra fraudes e demais ferramentas destinadas à proteção das informações processadas.

Deverá assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados bancários e pessoais dos servidores, prevenindo acessos não autorizados ou qualquer tipo de incidente de segurança.

Atendimento e suporte aos servidores municipais: A instituição deve oferecer canais de atendimento eficientes aos servidores municipais para resolução de problemas, dúvidas ou solicitações relacionadas ao pagamento de seus vencimentos, saldos e extratos bancários. A instituição deve disponibilizar serviços de apoio e orientação, tanto presencialmente, em agências ou caixas eletrônicos, quanto remotamente, por meio de canais como call centers e plataformas digitais.

Condições financeiras e vantajosidade à Administração: A proposta apresentada deverá demonstrar vantajosidade econômica para o Município de Cafelândia – PR, considerando a remuneração ofertada pela cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento, bem como a qualidade dos serviços prestados e os benefícios disponibilizados aos servidores municipais. A contratação deverá observar os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, garantindo equilíbrio entre retorno financeiro ao Município e qualidade na prestação do serviço.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Infraestrutura e acessibilidade: A instituição financeira deverá demonstrar capacidade de atendimento aos servidores municipais, mediante rede de atendimento físico e/ou digital adequada, incluindo canais eletrônicos, caixas de autoatendimento, correspondentes bancários, atendimento remoto e demais mecanismos que garantam acesso facilitado aos serviços financeiros. Sempre que possível, deverá assegurar facilidade de atendimento aos servidores no Município de Cafelândia e região, sem comprometer a competitividade do certame.

Suporte técnico e capacitação: A instituição contratada deverá oferecer suporte técnico contínuo tanto para a administração pública municipal quanto para os servidores. Isso inclui a disponibilização de uma equipe capacitada para resolver questões operacionais, responder dúvidas e garantir a manutenção do sistema. A instituição também deverá fornecer treinamento para os servidores e para a equipe da Prefeitura, a fim de garantir o uso correto e eficiente dos serviços disponibilizados.

Garantia de continuidade dos serviços: A instituição deve garantir a continuidade dos serviços mesmo em situações adversas, como problemas técnicos ou imprevistos. A instituição deverá apresentar um plano de contingência que assegure que os pagamentos dos servidores sejam feitos de forma pontual, sem interrupções.

Exigências para a contratação: A instituição financeira contratada deverá possuir agência, sede/ponto no município de Cafelândia para garantir a proximidade e agilidade no atendimento aos servidores. A instituição deverá oferecer soluções completas para o processamento da folha de pagamento, incluindo a geração de relatórios financeiros, transferências bancárias e consultoria para o município.

4. JUSTIFICATIVA PARA O CERTAME

A centralização da folha de pagamento em instituição financeira pública garante maior segurança, transparência e eficiência no processamento dos créditos. Tal medida reduz riscos operacionais, assegura a integridade dos dados, facilita a gestão financeira e atende a requisitos legais e regulatórios. Além disso, a contratação contribui para fortalecer a governança financeira, ampliar o controle sobre a execução da folha e melhorar o atendimento aos servidores públicos.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL OU JUSTIFICATIVA DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO

A receita relacionada a este objeto estão previstas no orçamento da Secretaria de Administração, em conformidade com o Plano de Contratações Anual.

13.60.01.11.00.00.00.00 - Gestão do direito de Operacionalização de pagamento - Folha de Pagamento

6. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

- Ser instituição financeira pública autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Dispor de capacidade técnica e operacional para gerenciar a folha de pagamento;
- Garantir segurança da informação e integridade dos dados;
- Assegurar aos servidores o direito de portabilidade bancária;
- Disponibilizar canais de atendimento presenciais e digitais para suporte aos servidores.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução contratada visa a gestão completa da folha de pagamento dos servidores públicos de Cafelândia, abrangendo ativos, inativos, pensionistas e comissionados. A instituição financeira será responsável por processar os pagamentos de salários, vencimentos, subsídios, proventos e pensões, garantindo pontualidade, segurança e integridade dos dados financeiros. O banco deverá oferecer contas bancárias individuais com acesso remoto, além de relatórios detalhados à administração municipal. A instituição também proporcionará serviços adicionais aos servidores, como crédito consignado e empréstimos, com condições especiais. Será exigido atendimento dedicado, com agência ou ponto de atendimento em Cafelândia, e a solução deverá ser escalável para acompanhar o crescimento do município. A solução deve garantir eficiência, segurança, transparência e conformidade com a legislação vigente.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contempladas na presente contratação



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

foi elaborada com base no quantitativo atual de servidores e demais agentes públicos vinculados à Administração Direta do Município de Cafelândia – PR, considerando a necessidade de operacionalização integral da folha de pagamento municipal.

Para fins de dimensionamento da solução, foram considerados os servidores efetivos, comissionados, empregados públicos, agentes políticos, pensionistas, inativos e demais beneficiários que possuam vínculo remuneratório com o Município, observando-se a demanda atual dos serviços bancários necessários ao regular processamento dos créditos salariais.

Além do quantitativo de beneficiários da folha, a estimativa contempla a necessidade de prestação de serviços correlatos à operacionalização bancária, incluindo abertura e manutenção de contas, processamento de créditos, movimentações financeiras, emissão de relatórios gerenciais, suporte técnico à Administração Municipal e atendimento aos servidores.

As quantidades estimadas foram definidas com base nos dados atualmente disponíveis junto ao setor de Recursos Humanos do Município – folha de novembro de 2025 - podendo sofrer variações durante a vigência contratual em razão de admissões, exonerações, aposentadorias, alterações administrativas e demais movimentações funcionais, sem que isso implique alteração da natureza do objeto contratado.

A seguir, apresenta-se a consolidação das estimativas consideradas para fins de planejamento da contratação:

Dados consolidados da Folha de Pagamento (REF. novembro/2025)

Pirâmide salarial	Quantidade de Empregados		
	Efetivos	Não Efetivos	Total
R\$ 50,00 a R\$ 2.000,00	146	103	249
R\$ 2.000,01 a 7.000,00	718	177	895
R\$ 7.000,01 a R\$ 80.000.000,00	189	24	213



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TOTAL:	1053	304	1357
Valor BRUTO Mensal (R\$):	R\$ 5.203.533,99	R\$ 1.101.888,61	R\$ 6.305.422,60
Valor LÍQUIDO Mensal (R\$):	R\$3.760.979,81	R\$ 773.308,38	R\$ 4.534.288,19

Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, podendo sofrer alterações durante a vigência contratual em razão de admissões, exonerações, aposentadorias, afastamentos legais e demais movimentações funcionais, sem descaracterizar o objeto da contratação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO VALOR:

A estimativa do valor da contratação para a operacionalização, gerenciamento e processamento da folha de pagamento do Município de Cafelândia – PR foi estabelecida considerando critérios de razoabilidade, vantajosidade, competitividade e interesse público, observando-se o histórico contratual do Município, pesquisas mercadológicas e o comportamento do setor financeiro em contratações similares realizadas pela Administração Pública.

Registra-se que, anteriormente, foi instaurado o **Pregão Eletrônico nº 105/2026**, cujo valor estimado mínimo para oferta foi fixado em **R\$ 1.262.000,36 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil reais e trinta e seis centavos)**. Contudo, o referido procedimento licitatório restou deserto, inexistindo interessados na apresentação de propostas, circunstância que demonstrou possível incompatibilidade entre o valor estimado e as condições efetivamente praticadas pelo mercado financeiro para esse tipo de contratação.

Diante desse cenário, a Administração Municipal procedeu à reavaliação dos parâmetros econômicos da contratação, adotando como referência o valor anteriormente praticado pelo Município no procedimento realizado em 2020, quando a cessão onerosa da folha de pagamento resultou no montante **de R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais)**, valor considerado exequível e aderente à realidade de mercado à época.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Além do histórico municipal, foram considerados, para fins de composição da estimativa, parâmetros de contratações similares realizadas por outros entes públicos, levando-se em conta aspectos como quantitativo de servidores atendidos, volume financeiro da folha de pagamento, prazo contratual, capacidade operacional exigida e características regionais do mercado bancário.

Assim, visando ampliar a competitividade do certame, aumentar a probabilidade de participação de instituições financeiras interessadas, evitar novo fracasso da licitação e garantir a continuidade de serviço essencial ao processamento da remuneração dos servidores municipais, a Administração estabelece como valor mínimo estimado para oferta o montante de **R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais), a ser pago em parcela única**, líquida de quaisquer deduções, conforme condições a serem estabelecidas no Termo de Referência e Edital, reestabelecendo assim a competitividade do certame.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não se aplica o parcelamento da solução, tendo em vista a natureza indivisível do objeto, consistente na centralização e operacionalização integral da folha de pagamento do Município. A execução contratual demanda prestação contínua e unificada dos serviços bancários, não sendo tecnicamente viável sua divisão em parcelas ou lotes distintos. Quanto à contrapartida financeira, o valor ofertado pela instituição vencedora deverá ser repassado ao Município em parcela única, conforme condições estabelecidas no edital e contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O município utiliza sistema de gestão da folha de pagamento apto ao processamento das informações funcionais e financeiras dos servidores, podendo, quando necessário, promover adequações tecnológicas para garantir plena integração operacional com a instituição financeira contratada.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

A contratação de instituição financeira para a gestão da folha de pagamento do Município de Cafelândia proporcionará uma série de benefícios estratégicos e operacionais, destacando-se:

Eficiência operacional: maior agilidade no processamento da folha de pagamento, assegurando que servidores ativos, inativos, pensionistas e comissionados recebam seus proventos de forma pontual e sem inconsistências.

Segurança da informação: fortalecimento da proteção das transações financeiras, com a adoção de protocolos de segurança cibernética e boas práticas de governança de dados.

Automação de processos: redução de falhas humanas e maior precisão nos cálculos, por meio da integração tecnológica dos sistemas bancários com a gestão municipal.

Transparência e controle: disponibilização de relatórios gerenciais detalhados e atualizados em tempo real, possibilitando maior acompanhamento e fiscalização por parte da Administração.

Benefícios diretos aos servidores: ampliação da acessibilidade aos serviços financeiros disponibilizados pela instituição contratada.

Otimização de recursos públicos: diminuição de custos administrativos relacionados ao gerenciamento da folha, liberando a equipe interna para atividades de maior valor estratégico.

Atendimento qualificado: suporte técnico e operacional eficiente, garantindo agilidade na resolução de demandas da Administração e dos servidores.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Para assegurar a adequada implementação da solução pretendida e a continuidade dos serviços relacionados à operacionalização da folha de pagamento do Município de Cafelândia – PR, deverão ser adotadas, previamente à contratação, as seguintes providências pela Administração Municipal:

a) Elaboração dos documentos de planejamento da contratação: realização e consolidação dos instrumentos necessários ao processo licitatório, incluindo Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), estimativa de valor da contratação, pesquisa de mercado e demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

b) Levantamento e consolidação de informações da folha de pagamento: atualização dos dados funcionais e quantitativos relacionados aos servidores ativos, inativos, pensionistas, agentes políticos, comissionados e demais beneficiários vinculados à folha de pagamento municipal, a fim de subsidiar corretamente as condições da contratação.

c) Definição dos critérios operacionais da execução contratual: Estabelecimento das regras de operacionalização dos serviços bancários, incluindo prazos de processamento dos créditos salariais, fluxo de envio dos arquivos financeiros, forma de integração entre sistemas, suporte técnico necessário e responsabilidades entre as partes.

d) Planejamento da transição operacional: Definição de cronograma para eventual migração dos serviços entre instituições financeiras, caso necessário, garantindo que não haja interrupção no pagamento dos vencimentos dos servidores públicos municipais, preservando a continuidade do serviço essencial.

e) Adequação dos sistemas e rotinas administrativas: Verificação da



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

compatibilidade dos sistemas utilizados pelo setor de Recursos Humanos, Contabilidade e Tesouraria do Município com os mecanismos operacionais disponibilizados pela instituição financeira vencedora, promovendo eventuais ajustes necessários.

f) Designação de equipe responsável pelo acompanhamento contratual:

Indicação de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, os quais acompanharão a execução dos serviços, o cumprimento das obrigações contratuais e a resolução de eventuais inconsistências operacionais.

g) Divulgação e orientação aos servidores municipais: Adoção de medidas informativas destinadas aos servidores municipais acerca dos procedimentos relacionados à operacionalização da folha de pagamento, abertura de contas, canais de atendimento, serviços disponíveis e demais orientações necessárias à transição ou manutenção do serviço.

h) Garantia da continuidade do serviço público: Implementação de medidas administrativas preventivas para assegurar que a contratação seja concluída em tempo hábil, evitando descontinuidade na prestação dos serviços bancários relacionados ao pagamento dos servidores municipais.

Dessa forma, verifica-se que as providências necessárias à contratação são plenamente executáveis pela Administração Municipal, não havendo impedimentos técnicos ou operacionais para a implementação da solução pretendida.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação da instituição financeira para a gestão da folha de pagamento do Município de Cafelândia não apresenta impactos ambientais diretos de grande relevância, uma vez que a operação será predominantemente digital e remota, sem a utilização intensiva de recursos naturais ou a realização de intervenções físicas que



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

possam comprometer o meio ambiente.

Entretanto, é possível identificar efeitos indiretos relacionados ao aumento do consumo de energia elétrica, decorrente do uso de equipamentos tecnológicos (servidores, computadores, impressoras e dispositivos de comunicação), bem como à geração de resíduos eletrônicos ao longo da execução contratual.

Para mitigar esses impactos, recomenda-se:

Eficiência energética: incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis e equipamentos com baixo consumo de energia;

Digitalização de processos: redução do uso de papel por meio da priorização de meios eletrônicos de comunicação e armazenamento;

Gestão de resíduos eletrônicos: adoção de práticas de descarte responsável de equipamentos obsoletos, priorizando doações, reaproveitamento ou reciclagem conforme normativas ambientais vigentes.

Tais medidas asseguram que a execução contratual esteja alinhada às boas práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

15. VIABILIDADE

A contratação de instituição financeira, pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, para a gestão da folha de pagamento do Município de Cafelândia revela-se plenamente viável e estratégica, considerando os seguintes aspectos:

Viabilidade técnica: a centralização do processamento dos pagamentos em instituição especializada garante maior confiabilidade, automação e precisão nas operações, assegurando a continuidade dos serviços e a eliminação de falhas manuais, além da integração com os sistemas de gestão já utilizados pelo Município.

Viabilidade operacional: a instituição contratada disponibilizará pontos de atendimento físico e eletrônico, caixas de autoatendimento e suporte qualificado, assegurando amplo acesso por parte dos servidores e minimizando riscos de atrasos



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ou dificuldades no recebimento de seus vencimentos.

Viabilidade econômica: a contratação demonstra viabilidade econômica diante da necessidade de continuidade do serviço de operacionalização da folha de pagamento dos servidores municipais, bem como pela readequação dos parâmetros econômicos da contratação, realizada após o insucesso do Pregão Eletrônico nº 105/2026, que restou deserto. A adoção do valor mínimo estimado de R\$ 515.000,00 busca ampliar a competitividade do certame, compatibilizando a expectativa da Administração com as condições observadas no mercado financeiro, sem prejuízo à vantajosidade da contratação.

Viabilidade jurídica: a contratação encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação do Banco Central, observando-se as exigências legais, princípios da administração pública e garantias de competitividade e transparência no processo licitatório.

Viabilidade socioambiental: por se tratar de operação majoritariamente digital, os impactos ambientais são mínimos e podem ser mitigados com práticas sustentáveis, como a digitalização de processos e o descarte adequado de resíduos eletrônicos.

Diante desses fatores, conclui-se que a contratação é viável e necessária, apresentando benefícios diretos à Administração Pública e aos servidores, ao mesmo tempo em que assegura eficiência, segurança e economicidade na gestão da folha de pagamento municipal.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando as informações do presente **ETP**, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL** e necessária para esta municipalidade.

Cafelândia, 20 de maio de 2026.

Responsável pela elaboração:



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ELIANE CRISTINA DE LUCCA

Matrícula: 0077111

Aprovação

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pela responsável por sua elaboração, fica devidamente aprovado pelas autoridades competentes.

JOÃO LAURO BOLONHA

Secretário de Administração



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para, objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº xxx/2025 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Termo de Referência.

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx	xx	Xx	xx	R\$	R\$
2	xx	xx	Xx	xx	R\$	R\$

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA (SE HOUVER)

A garantia deverá ser da seguinte forma: para todos os **Lotes** de no mínimo _____, a contar do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(preferencialmente em papel timbrado da licitante)

Ao Pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2025

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/Depósito: Banco: Agência:.....

8) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Cidade:.....Bairro:.....Rua:.....nºCEP:.....

9) Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

10) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº **Nº xxx/2025** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

MINUTA - CONTRATO N° ____/____.
Processo Administrativo N° ____/____.
(NOMETIPOLICITACAO) n° ____/____.

Contrato de **(aquisição) ou (prestação dos serviços)**, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, e, de outro a empresa, _____, nos termos abaixo:

De um lado, o **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cep: 85.415-000, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. _____, nomeado pelo Termo de Posse, em _____, matrícula n° _____, simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro, a empresa, _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n° _____, com sede na Rua: _____, n° _____, Bairro: _____, Telefone: _____, e-mail: _____, na cidade _____, estado do _____, neste ato representado, pelo seu socio administrador ou representante legal Sr.(a) _____, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto: **Empresa especializada para**

1.2. **Descrição e valores do objeto do presente Contrato:**
(ITENS.CONTRATO)

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.1. O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei Nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Processo administrativo nº _____/_____ - (NOME LICITACAO nº _____/_____)**, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O CONTRATANTE, pagará ao CONTRATADO, pela **(aquisição do objeto) ou (prestação dos serviços)** estabelecidos na cláusula primeira, **o valor total de R\$ _____ (_____)**, respeitando o valor máximo do(s) item(s) indicado(s) na cláusula primeira.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.4. Os recursos para assegurarem os pagamentos do objeto deste contrato, serão através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade e	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO (conforme termo de referência ou edital)

4.1. O prazo de **vigência da contratação é de _____ (_____) _____**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O produto deverá ser entregue em sua totalidade.

4.3. O prazo de entrega dos **produtos será em até _____ (_____) dias**, contados da assinatura do contrato é a partir do recebimento da requisição de compra (enviado por e-mail) do departamento solicitante. O local de entrega será definido pela secretária requisitante.

4.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Os prazos de que tratam o item 4.3. poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.6. Cabe ao entregador aguardar o funcionário responsável terminar todos os procedimentos e verificação de qualidade para posterior assinatura das guias de entrega.

4.7. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte de carga e descarga.

4.8. Caso o recebedor constatar a impossibilidade do uso, os produtos deverão ser devolvidos e repostos no prazo estipulado pela secretaria ou Termo de Referência.

4.9. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.10. RECEBIMENTO DO OBJETO:

4.10.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante no Termo de Referência e na proposta.

4.10.2. Os itens poderão ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo XXX (XXX) dias, a constar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10.3. No caso de controvérsia sobre execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLAUSULA QUINTA - DA FORMA E PRAZOS DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/ Fatura. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.2. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: a **Prefeitura Municipal de Cafelândia, CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72.**

5.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

5.6. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.10. É obrigatória a observância da retenção do Imposto de Renda na fonte conforme IN RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, e consequentemente influenciou a promulgação do Decreto Municipal nº 089, de 03 de agosto de 2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre pagamentos a fornecedores do Município de Cafelândia/PR, **quando couber**.

CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO CONTRATO - FISCAL E GESTOR

6.1. **O FISCAL**, Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3. O fiscal acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.4. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou instrumento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor da contrato.

6.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

6.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10. Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.11. **O GESTOR DO CONTRATO:** Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo fornecedor, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

7.1. Nos termos da Lei e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, e a(o) Senhor(a) Secretária(o) que assinar o Ofício de solicitação para a realização do processo licitatório para a aquisição do objeto/prestação de serviços, obrigando-se ao cumprimento do contido na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Realizar rigorosa conferência das características dos itens fornecidos, por meio da Comissão de Recebimento designada ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência, edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- f) Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- h) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- i) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- l) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- m) Notificar a contratada quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações do Contratado:

- a) Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação.
- b) Disponibilizar canal direto com o fiscal de contrato para atendimento de eventuais dúvidas, reclamações ou problemas durante a entrega dos itens.
- c) Designar, formalmente, representante, no ato da assinatura da ata de registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.
- d) Entregar os produtos respeitando rigorosamente as condições do Edital e seus anexos.
- e) Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, inclusive com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- f) Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- g) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Realizar a substituição de eventuais itens que apresentarem defeito(s) no prazo estipulado no Estudo técnico preliminar.
- i) Estar apta a iniciar o fornecimento dos equipamentos no momento da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto 156 de 20 de dezembro de 2023 o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

10.2.4. Multa:

a) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

b) Moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 5 (cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

e) Multa, a qual poderá ser aplicada isoladamente ou de forma cumulada com as demais penas, entre 0,5% a 30% do valor do contrato

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTES

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, ou por outro índice que vier a substituí-lo, caso haja prorrogação, de comum acordo entre as partes.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

14.1. A CONTRATADA deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e Diário Oficial DOS Municípios, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do CONTRATANTE.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

16.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

16.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

16.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Aurora/PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes da presente.

17.2. Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente da transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 156 de 20 de dezembro de 2023, e demais legislações pertinentes.

17.3. E, por estarem justos, firmam o presente Contrato para que surtam todos os efeitos legais.

Cafelândia/PR, _____ de _____ de _____.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA
(NOME PREFEITO)
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

GESTOR - CONTRATO
(NOME GESTOR)
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS

FISCAL DO CONTRATO
(NOME FISCAL)
SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX

(NOME EMPRESA)
(NOME REPRESENTANTE LEGAL)
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
MATRICULA:

NOME:
MATRICULA: